

Ata de 275a. reunião do Conselho da Ordem  
dos Advogados, sessão de Pernambuco.

Nos vinte e três dias do mês de outubro de  
mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dezesseis  
horas, e no local de costume, reuniu-se o Conselho  
da Ordem dos Advogados, sessão de Pernambuco,  
sob a presidência do doutor José Cavalcanti Neves,  
servindo como primeiro e segundo secretários, res-  
pectivamente, Fernando Emericiano e Luiz Rafael  
Elayer, presentes ainda os conselheiros Adauto  
dele, Rodolfo Araújo, Pinto Ferreira, Jorge Car-  
neiro da Cunha, Carlos Moreira, Otton Sialfo,  
Bungeiro Lins, Sergio Higino e Laurênio Accioly.  
Bando início aos trabalhos, foi lida e aprovada a  
ata da sessão anterior. No expediente, constou  
a leitura de ofício do Juiz Delegado de Trânsi-  
to, certificando de providências solicitadas por  
este Conselho a respeito da agressão sofrida pelo  
advogado Bertoldo Enídio; de um ofício do Dr.  
Clodoaldo Beirão em que solicita cancelamento de  
inscrição por ter assumido o cargo de Juiz de  
Direito; de requerimento do deputado Adalberto  
Guerra, submetendo à apreciação do Conselho  
incidente que diz com a sua vida profissional;  
de ofício do Instituto dos Advogados Brasileiros  
solicitando divulgação das bases de um con-  
curso de trabalhos jurídicos; de requerimento  
de prorrogação de licença por mais trinta dias,  
conforme parecer médico, do Ananias Barreto  
Câmara; de ofício do Conselho Federal da  
Ordem, remetendo o anti-projecto de lei sobre  
Caixa de Assistência dos Advogados, e pedindo



sugestões no prazo de trinta dias. Com a palavra, disse o Presidente que, em face das críticas que vêm sendo publicamente formuladas pelo próprio interessado, vinha expor, detalhadamente, ao Conselho as medidas tomadas e despachos, exarados com referência ao processo de inscrição do Coronel do Exército Luiz Badilla, todos eles firmados em normas regulamentares e regimentais, o que demonstrou cabalmente. Acrescentou que em virtude desse ato do ofício foi alvo, pessoal e diretamente, de graves ameaças por parte daquele oficial que mencionou, inclusive, o recurso à violência máxima, tendo sido obrigado o Presidente a recusá-lo moralmente. Finalmente disse o Senhor Presidente que, face à impugnação do Oficial ao seu despacho de recebimento do recurso interposto da decisão do Conselho, recurso a que atribuíra os efeitos regulares, suspensivo e devolutivo, submetta essa matéria à deliberação do Conselho. Pedindo a palavra, afirmou o Conselheiro Carlos Moreira que, desde logo, empestava sua inteira solidariedade ao Presidente; e que, quanto à questão submetida a exame, antecipava o seu voto, declarando como entendimento pessoal o não cabimento, na hipótese, de efeito suspensivo, sustentando, porém, a exclusiva competência do Presidente no assunto, o que importava em reconhecer a validade do despacho da Presidência. Com essa restrição, e submetido o caso à votação, foi aprovado se conferisse também o efeito suspensivo ao recurso interposto. Em seguida,



O Conselheiro Adauto Uelo solicitou as atenções do Conselho para uma nota que fora publicada na imprensa do dia, assinada pelo Serente Coronel e Barão Luiz Badilla, contendo a referida nota insultos e agravos à dignidade pessoal e funcional do Senhor Presidente e do Conselheiro Sergio Iligino, propondo o citado Conselheiro a manifestação do Conselho em repúdio à infamante publicação. O Senhor Presidente interveio para pedir ao proponente a desistência da sua proposição, dado que se considerava acima das referidas injúrias. Todavia, com o declarado apoio do presidente, o Conselheiro Adauto Uelo insistiu na sua proposta, razão por que assumiu a Presidência o Conselheiro Carlos Moreira que logo submeteu a matéria à discussão. A maioria dos Conselheiros fez questão de declarar o voto, manifestando o ódio ~~por~~ ao Presidente e ao Conselheiro injuriados, ambas de generabilidade inatacável. Por fim, foi unanimemente aprovada a moção de desagravo, constituída uma comissão dos Conselheiros Adauto Uelo, Jordão Emerenciano e Otton S. alfo para traduzirem-na em nota a ser publicada na imprensa. Foram igualmente aprovados os termos da nota, quando redigida. Reassumindo a presidência, o doutor José Cavalcanti Neves deu conhecimento do balancete anual que será submetido à aprovação da assembleia competente. Passando in ordrem do dia, o Conselho aprovou os pareceres da Co-



missão de judicância, pela inscrição no quadro de  
 advogados, em caráter definitivo, dos bacharéis  
 Agamenon Bezerra Lafayette, com impedimento  
 contra a Fazenda Sedual; Eudoro Conceição Costa,  
 com impedimento contra a Fazenda Estadual; em  
 caráter provisório, Ary Araújo de Santa Cruz  
 Oliveira e Rubens Cesar de Moura Lima, com im-  
 pedimento contra a Fazenda Sedual, e Rildo A-  
 cioly Cavalcanti, com impedimento contra a Fa-  
 zenda Municipal; no quadro de solicitadores,  
 Benival Bezerra Moura, frei de Oliveira Lima  
 Filho, Paulo Veríssimo de Albuquerque Pereira, sem  
 impedimento; Antônio Bernardino de Jesus, com  
 impedimento contra a Fazenda Sedual, e Elário  
 Almeida, com impedimento contra a Fazenda  
 Estadual; pela transformação em principal de  
 inscrição secundária do bacharel Augusto da  
 Silva Lucena, com impedimento contra qualquer  
 pessoa jurídica de direito público; pela trans-  
 formação em definitivas das inscrições provisórias  
 dos bacharéis Elasco de Barros Freire, com impe-  
 dimento contra a Fazenda Municipal, Teodorico  
 Fereira de Freitas, Assis Francisco Elifimas e  
 Paulo Ferreira Braga, sem impedimento. O Con-  
 seheiro Carlos Moreira propôs um voto de con-  
 gratulação à doutora Regina Gondim, pelo brilhan-  
 te êxito em concurso à cadeira da Faculdade de  
 Direito de Niterói, título entre outros não menos  
 meritórios, adiantando ainda aquele Conseheiro  
 o endereço da ilustre intelectual, na sua estadia  
 provisória em Recife, aonde iria em visita a parentes  
 e a amigos, depois tempo na Faculdade do Recife. O voto  
 foi aprovado. Encerrada a sessão lavrei a presente  
 ata que se assinada.